



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Eixo: Políticas Públicas

POLÍTICA SOCIAL: EQUIDADE SOCIAL OU FORTALECIMENTO DO CAPITAL?

Tânia Mara da Silva Backschat¹

Resumo: A discussão sobre o conceito e funcionalidade da política social é algo abrangente e complexo, pois engloba tanto a proteção social à classe trabalhadora (empregada e desempregada) quanto determinações políticas e econômicas a favor do capital. Tendo como procedimento metodológico a revisão bibliográfica, este artigo, tem como objetivo geral refletir sobre a política social enquanto política pública, buscando compreender os papéis e funções desempenhados no cenário contemporâneo. Para tanto, são apresentadas considerações sobre a funcionalidade da política social, modalidades de intervenção estatal com ênfase no Estado de Bem Estar Social e Estado Neoliberal. Em seguida, optamos por discutir os desafios e possibilidades da implementação das políticas sociais no Brasil, no cenário contemporâneo, especialmente no contexto da política de saúde. Os resultados apontam que dado ao caráter político e econômico das políticas sociais, é necessário a implantação de estratégias de reorientação da ação estatal com medidas concretas de transformações das macroestruturas políticas e das bases das relações econômicas com vistas a proporcionar o acesso aos serviços de saúde e melhoria da condição de vida da população.

Palavras-chave: Política Social. Proteção Social. Política de Saúde.

Introdução

A emergência da política social está associada à constituição da sociedade burguesa, ou seja, no específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se, especialmente na fase dos monopólios (BHERING, 2009; NETTO, 2005). É uma política caracterizada pela complexidade, contrariedade

¹ Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, atua como assistente social na Prefeitura Municipal de Campo Mourão e como docente na Faculdade Unicampo, taniamaraback@hotmail.com.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

e tensão, pois se, por um lado, o Estado assume a responsabilidade na sua execução como forma de regular as condições de trabalho e atingir as sequelas da questão social, por outro, a sociedade civil, tem desempenhado um papel de luta e requisições em respostas às suas necessidades sociais. Assim, é uma política que atua na mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo, cumprindo uma dupla função: ora política e ora econômica.

Metodologia

Com o intuito de analisar e realizar uma síntese sobre a temática em questão, este artigo tem como objetivo geral refletir sobre a política social enquanto política pública, resgatando seus fundamentos conceituais e históricos, buscando compreender os papéis e funções desempenhados no cenário atual. Para tanto, apresentaremos em primeiro momento considerações conceituais e sobre a funcionalidade da política social. Em seguida, optamos por discutir os desafios e possibilidades da implementação das políticas sociais no Brasil, no cenário contemporâneo, especialmente no contexto da política de saúde. Diante da quantidade de estudos sobre o tema optou-se por um levantamento bibliográfico entre autores que discutem a temática políticas sociais e saúde.

Resultados e Discussão

A discussão sobre o conceito e funcionalidade da política social é algo abrangente e complexo, pois engloba tanto a proteção social à classe trabalhadora (empregada e desempregada) quanto determinações políticas e econômicas a favor do capital. Esse debate também ocorre num contexto



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

adverso, pois, na atualidade, a ideologia neoliberal redireciona a intervenção estatal priorizando políticas econômicas em relação às políticas sociais.

De acordo com Pereira (2008) observamos que a política social pode ser considerada como um conjunto de ações visando a conquista de direitos sociais e de cidadania com a finalidade de alcançar a equidade e justiça social. A autora não desconsidera a relação conflituosa entre Estado, mercado e sociedade civil na disputa por recursos e oportunidades. Contudo, considera como necessário o “comprometimento inadiável do Estado com os problemas resultantes das desigualdades sociais” (PEREIRA, 2008, p. 104), pois cabe ao Estado a garantia dos direitos sociais.

Sendo reconhecidas as desigualdades sociais, através de uma negociação com a burguesia, o Estado faz a opção de não deixar o mercado organizar sozinho as respostas aos problemas sociais, tomando a responsabilidade de não isolar os pobres e improdutivos, mas reintegrá-los ao processo produtivo. Por isso da concessão de ‘benefícios sociais’ - educação, saúde, habitação, previdência social – como esfera de responsabilidade pública, sob o comando do Estado.

Embora seja regulada e provida pelo Estado, a autora reconhece que políticas sociais devem ser controladas pelo cidadão, ao que denomina controle democrático. Com isso, cabe à sociedade civil a responsabilidade de defesa da institucionalidade legal e integridade dessa política por meio de uma participação ativa nas questões políticas e cívicas, de maneira a coibir o assédio a interesses particulares, partidários e clientelistas.

Neste sentido, a ênfase defendida pela autora sobre as políticas sociais recai num caráter político que requer a “participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de metas voltados para a satisfação das necessidades sociais” (PEREIRA, 2008, p. 173). A política social constitui-se como uma atribuição estatal (embora contemple ações da sociedade civil), definida estrategicamente em direitos e deveres legais, com a transferência de recursos financeiros e serviços sociais com o objetivo de



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

compensar as desigualdades sociais aos cidadãos que não conseguem acesso a esses mesmos recursos e serviços por seus próprios meios. O Estado assume o papel de mediador e minimizador dos conflitos sociais e se organiza como um mecanismo político para aliviar as tensões sociais e promover uma distribuição de renda menos desigual, restabelecendo o equilíbrio social.

Sob outra perspectiva, Netto (2005) destaca que o conceito e funcionalidade da política social não ocorrem exclusivamente no âmbito político, mas também na esfera econômica. Para o autor, a políticas sociais surgem num modo específico de capitalismo, o monopolista, para garantir a acumulação e valorização do capital e a preservação e controle contínuo da força de trabalho. Isso ocorre mediante a regulamentação das relações capitalistas para os trabalhadores e, para aqueles lançados no exército industrial de reserva, mediante os sistemas de seguro social.

Para fazer a articulação entre as funções políticas e econômicas, o Estado passa a incorporar outros protagonistas sócio-políticos, como os representantes dos trabalhadores e dos movimentos organizativos das lutas do proletariado. Tendo como objetivo um consenso na luta de classes e a legitimação política por meio dos mecanismos democráticos, o Estado, torna-se permeável as demandas e requisições das classes subalternas, onde os instrumentos da democracia política adquirem uma dinâmica contraditória, complexa e conflituosa.

Com isso, intervenção estatal por meio das políticas sociais ocorre nas sequelas da questão social para administrá-las de maneira a garantir a sobrevivência de parcela da classe trabalhadora, em condições de consumo e ocupação sazonal. Embora o Estado assuma um papel de mediador de interesses conflitantes, na luta pela correlação de forças, posiciona-se em favor em favor do capital, configurando-se como “comitê executivo da burguesia” (NETTO, 2005).



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Tal realidade é passível de constatação na conjuntura das políticas sociais no Estado de Bem Estar Social², ou seja, um período onde o Estado assume a responsabilidade na regulação das relações econômicas e sociais. Alicerçados na teoria keynesiana³ de “conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia” (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN, 1991, p. 244) com adoção de medidas de crescimento do orçamento social, políticas de desenvolvimento de programas de moradia, instituição de auxílio-desemprego, introdução de salários mínimos, tributação sobre rendas e heranças e pensões para idosos, cobertura nos acidentes de trabalho, auxílio-maternidade. Os primeiros trabalhadores beneficiados foram aqueles de indústrias estratégicas e com abertura para que os partidos políticos representantes dos trabalhadores exercessem cargos políticos em sociedades capitalistas.

Porém, ainda que tenha havido avanços no campo da garantia dos direitos aos trabalhadores, percebe-se que a funcionalidade da política social se dá para a manutenção das condições de acumulação do capital, pois “exploração da força de trabalho, juntamente com novas técnicas produtivas, elevou a extração da mais-valia, ainda que o Estado Social tenha assegurado avanços aos trabalhadores, com a redução do desemprego e a garantia dos direitos sociais” (SALVADOR, 2010, p. 36).

A partir da década de 1960, o modelo de Estado de Bem Estar Social começa a apresentar sinais de esgotamento, anunciando um longo período de estagnação econômica. Com um contexto de internacionalização do capital, avanços tecnológicos e informacionais, reestruturação organizativa da produção com absorção de gerações mais novas como mão de obra devido a

² Sistema de proteção social iniciado na Inglaterra, em 1942, baseado no modelo Beveridge e que se implantou em vários países europeus, especialmente naqueles onde a classe trabalhadora estava mais organizada. Sobre o assunto consultar Netto (2005), Przeworski; Wallerstein (1991).

³ A teoria keynesiana institucionalizou a possibilidade de políticas abrangentes e mais universalizadas baseadas na cidadania, alicerçado nos dois pilares do pleno emprego e maior igualdade social de modo a evitar as crises típicas do sistema capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

incorporação de tecnologias nos modos de produção anuncia-se as limitações das políticas keynesianas (SALVADOR, 2010). Emergem críticas ao Estado mediador onde as elites político-econômicas passam a questionar e a responsabilizar a ampla atuação do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em seus interesses e inicia-se uma nova fase de acumulação capitalista, conduzida pela esfera financeira e ideológica, denominada neoliberalismo.

No plano econômico, há redirecionamento de capitais para setores improdutivos, ou seja, militar e financeiro especulativo (SALVADOR, 2010). Com o endividamento público, o Estado é permeável a manipulação e controle da oligarquia financeira, impulsionando a transferência de recursos sociais para a esfera econômica, com vistas ao pagamento da dívida pública. Essa transferência se dá por meio dos subsídios, incentivos fiscais e redução de tributos ao capital, além da aquisição de títulos da dívida pública estimulando um capital especulador e fictício. Estes títulos representam o direito de apropriação sobre parte do fundo público, que é composto pelos “impostos, taxas e contribuições da classe trabalhadora, do capital e do Estado” (SILVA, 2011), onerando a classe trabalhadora e assalariada, que acabam pagando mais impostos que a burguesia. Assim, este modelo tributário tem aumentado a concentração de renda e disparidades das condições de vida e sobrevivência entre as classes sociais com agravamento da questão social.

Isto porque, as proposições neoliberais trazem como consequência não somente a redução de direitos sociais, mas é responsável pelo desemprego, pela flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho, ajuste fiscal para controle do orçamento público. Paralelamente, no que se referem às políticas sociais, essas sofreram com o processo de desmonte por meio do redirecionamento do papel do Estado e limitação do seu poder de atuação, visando adequar os sistemas de proteção social à nova realidade econômica.

Assim, na defesa de um Estado mínimo para o social, as políticas sociais deixam de ser um modo de representação de interesses divergentes



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

entre classes sociais para se transformar em mera administração gerencial. As consequências para esse novo modo de entender e fazer políticas sociais permite o esvaziamento do seu conteúdo político e escamoteia a sua funcionalidade a favor do capital. Com a desresponsabilização do Estado no gerenciamento e financiamento das políticas sociais, assiste-se à proliferação de políticas fragmentadas e focalizadas, aliado a um processo de privatização dos serviços sociais. Assim, as “empresas cidadãs” em busca de uma responsabilidade social e o Terceiro Setor encontram espaços para atuação, com largos riscos para a refilantropização das políticas sociais no enfrentamento à questão social.

No que se refere aos aspectos ideológicos, sob o comando do neoliberalismo, o direito de acesso a essas políticas tem se direcionado aos pobres “merecedores” e pobres “não-merecedores” (WACQUANT, 2007, p. 147), ou ainda, entre aqueles que podem ou não pagar pelos serviços. De acordo com o autor supracitado, a ênfase das políticas sociais recai na individualidade moral, regulando o comportamento das pessoas que vivem em condição de pobreza, com riscos à sua criminalização. Embora as políticas sociais devessem ser propulsoras de cidadania, estas resumem-se a simples benefícios para os pobres, demonstrando o caráter da seletividade em seu acesso. O aumento da renda e qualidade de vida é assegurado por esforços próprios do indivíduo e do mercado, dando abertura para a instalação e expansão da rede privada de atendimento, transformando as necessidades sociais em mercadoria.

No que tocante à realidade brasileira, através da Reforma do Estado⁴, o Estado brasileiro é pressionado pelos interesses do grande capital internacional e nacional, com a adoção de um modelo de gestão gerencial, onde o cidadão é

⁴ A reforma do Estado, iniciou-se a partir da 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso e pode ser compreendida como a redefinição das funções do Estado, seu padrão de intervenção econômica e social e suas relações com o mercado, com a sociedade civil e mesmo entre os próprios poderes executivo, legislativo e judiciário. Sobre o assunto, consultar SOUZA FILHO (2011).



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

tido como cliente e consumidor dos serviços sociais (SOUZA FILHO, 2011). As políticas sociais são reestruturadas na perspectiva da solidariedade, da focalização, da seletividade, da refilantropização da pobreza e responsabilidade social, com redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

Em relação à política de saúde, embora ela seja assegurada na última carta constitucional e legislações regulatórias como um direito de acesso universal, sob a responsabilidade do Estado, na prática o que temos observado é que ela tem sido diretamente afetada pelas diretrizes neoliberais. Seguindo orientações de agências internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, as orientações para a condução da política de saúde gira em torno da racionalização dos gastos públicos; focalização dos serviços prestados através da parceria público-privado via convênios e contratos de gestão, colocando em questão a saúde como um direito público, gratuito e universal.

De acordo com Rizzotto (2000), os relatórios do Banco Mundial, apontam os problemas de saúde dos países periféricos fundamentados na situação de pobreza sugerem como propostas de enfrentamento dessa situação o abandono da assistência de alto custo; a criação de serviços de saúde pública limitados a assistência básica; concentração de ações na assistência coletiva e descentralizada para o nível comunitário, especialmente para população pobre; criação de sistema e serviços privados para o restante da população como forma de arrecadar recursos e diminuir a demanda, especialmente “por parte daqueles que simulam doenças e fazem uso de serviços especializados sem necessidade” (RIZZOTTO, 2000, p. 130).

Tais recomendações são reforçadas no Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1993, ao considerar duas premissas. A primeira refere-se à defesa de investimentos educacionais básicos, especialmente para as meninas de maneira que estas possam se responsabilizar pelos cuidados básicos de saúde



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

da sua família e educar melhor os seus filhos. A segunda orientação refere-se à defesa da inclusão e expansão da iniciativa privada na prestação de serviços de saúde, pois o grande desafio dos governos seria concentrar recurso na compensação das deficiências do mercado. Com isso, materializa-se a concepção ideológica de moralização de comportamento, especialmente dos mais pobres, em detrimento da política social como direito social e o privilegiamento dos interesses econômicos em relação aos interesses sociais.

Pelas propostas do Banco Mundial, em um sistema nacional de saúde não compreenderia princípios da universalidade e integralidade. A participação do Estado, no fornecimento de serviços públicos, deveria adotar como parâmetro básico os interesses econômicos. Quanto à avaliação das políticas e programas de governo, os critérios utilizados deveriam ser os mesmos utilizados nos empreendimentos comerciais, ou seja, a relação custo e benefício. Assim, os serviços de saúde têm se tornado cada vez mais espaços de capitalização e relevante fonte de maximização do capital.

O impacto desse processo se expressa como na intensa expansão da indústria farmacêutica e de equipamentos médicos-hospitalares; privilégio no financiamento (compra) de serviços privados em detrimento dos serviços públicos; transferência de gestão às fundações estatais de direito privado e às organizações sociais (terceirização) com paralelo sucateamento dos serviços públicos; enfoque na medicina especializada e privada em detrimento à saúde coletiva e pública e isenções tributárias e subsídios para os planos e seguros de saúde privados (TEIXEIRA, 2012).

Neste contexto, as legislações regulamentárias da política de saúde⁵ publicadas a partir da década de 1990, consubstancia e inicia a reforma gerencial desta política. Seguindo as orientações do Banco Mundial, o fortalecimento do papel do governo federal se dá na regulamentação, financiamento e contenção de custos, assistência técnica, pesquisa e

⁵ A exemplo citamos, a Norma Operacional da Saúde (NOB/SUS) publicadas em 1991, 1993 e 1996 e a Norma Operacional de Assistência a Saúde (NOAS/SUS) publicadas em 2001 e 2002.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

incentivos à melhoria da qualidade enquanto que aos estados e municípios cabe a responsabilidade de implementação de pacotes básicos de serviços de saúde, a prestação, controle e gestão dos serviços de saúde.

Contudo, há que se destacar que sendo o Brasil um país com a predominância de pequenos municípios, estes encontram sérias dificuldades na implementação, execução e gestão de serviços de saúde, especialmente nos casos de serviço que requeiram uma maior complexidade de resolução, dificultando o acesso a essa política e consequentemente comprometendo os níveis e qualidade de vida da população impondo um estado lastimável e de precariedade de oferta de serviços públicos à população. Essa realidade impõe a necessidade dos municípios buscarem alternativas para o estabelecimento de relações mais cooperativas e solidárias com vistas a atender as demandas do cidadão.

Como exemplo podemos citar as redes de saúde⁶ que asseguram conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde em regiões, através do atendimento intermunicipal e interestadual. O município com maior complexidade de serviços atende a vários municípios com menor complexidade mas acabam também por absorver as demandas das populações vizinhas. Há ainda a figura dos consórcios municipais, que podem firmar alianças estratégicas representativas dos interesses regionais comuns, com o objetivo viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos e microrregionais, ampliando a capacidade de articulação dos municípios com as demais esferas de governo.

Contudo, a dificuldade de organização dos serviços de saúde em regiões formada basicamente por pequenos municípios, devido a dificuldade de recursos humanos especializados, falta de infraestrutura na oferta dos serviços de saúde implicando na demora no agendamento de consultas, a baixa

⁶ Conforme diretrizes organizacionais da Norma Operacional Básica de Assistência à Saúde - NOAS (2001) e do Decreto nº 7.508/2011, que estabelece o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde – COAPS.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

qualidade dos serviços prestados devido a falta de equipamentos modernos obriga a população e até mesmo gestores recorrerem aos grandes centros urbanos por disponibilizarem e concentrarem as tecnologias e melhores condições de atendimento. Essa realidade contribui com a permanência das desigualdades socioeconômicas e socioespaciais tão presentes em nosso país evidenciando questões que prejudicam a garantia de políticas sociais de qualidade e universalizadas. Assim, urge a necessidade de fomentação de estratégias de ação e redefinição de diretrizes das políticas públicas que realmente venham de encontro com as necessidades da população

Considerações finais

Nesse artigo, apresentamos posicionamentos de autores que defendem a conotação política das políticas sociais, considerando-as como uma concessão por parte do Estado, com vistas a reestabelecer o equilíbrio social via redistribuição de renda. Por outro lado, destacamos o pensamento de autores que a consideram não apenas como um instrumento político, mas também econômico, próprio das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção.

Em suma, dado ao caráter político da política social, é importante o incentivo ao pensamento crítico e emancipador, empoderando a comunidade para a busca da cidadania, luta por direitos e participação ativa nas tomadas de decisões, direcionando as prioridades de investimentos e fiscalizando a aplicação de recursos públicos. Aliada a esse processo e dado ao aspecto econômico, ao Estado, há importantes funções a realizar, tais como assumir uma postura ativa de financiamento e apoio técnico aos pequenos municípios, direcionando políticas sociais para o desenvolvimento de espaços locais com vistas à construção de uma nova sociedade onde todos possam efetivamente se apropriar dos bens e serviços socialmente produzidos reconhecendo e respeitando as diferenças humanas.



II ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

IV SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

14, 15 e 16 de Agosto de 2018

Referências

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social**. In: _____. Política social: fundamentos e história. 5ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. P. 82-111.

NETTO, José Paulo. **Estado e questão social no capitalismo dos monopólios**. In: _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo; Editora Cortez, 4ª Edição, 2005. P. 17-34.

PEREIRA. Potyara A. P. **Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas**. In: _____. Política social: temas e questões. São Paulo; Editora Cortez, 2008. P. 163-202.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. **Capitalismo democrático na encruzilhada**. In: PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. P. 241-260.

RIZZOTTO, Maria. Lúcia Frizon. **O Banco Mundial e as políticas de saúde nos anos 90**. Tese (Doutorado). Campinas, UNICAMP, 2000. Arquivo em PDF.

SALVADOR, Evilásio. **Crise do capital e socorro do fundo público**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. MIOTO, Regina Célia Tamasso et al (orgs). Capitalismo em crise: política social e direitos. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. P. 35-63.

SILVA, Gisele Souza. **Divida pública e política social no governo Lula: fundo público sob o jugo do capital portador de juros**. In: Revista Ser Social. Brasília, v. 13, nº 28, jan-jun/2011. P. 81-103.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

TEIXEIRA, Mary Jane de Oliveira. **A fundação estatal de direito privado na saúde: um modelo de gestão democráticos?** In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo. São Paulo: Cortez, 2012.

WACQUANT, Loic. **A “reforma” da assistência social como disciplina dos pobres e as ações do Estado**. In: _____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 3ª Ed., 2007. P. 143-193.